

Maria das Dores Formosinho

**Perspectivas da criminologia empírica no Quebeque:
estudos sobre a delinquência juvenil**

revista portuguesa de
pedagogia

Ano 37, nº 2, 2003,5-34



Perspectivas da criminologia empírica no Quebeque: estudos sobre a delinquência juvenil

María Formosinho Sanches

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

A investigação canadiana no domínio da delinquência juvenil denota uma particular relevância no âmbito dos estudos de criminologia. Neste artigo focam-se as principais etapas de formação da Escola de Criminologia empírica do Quebeque e analisam-se as orientações teórico-metodológicas fundamentais, passando em revista os dados das várias pesquisas relativos à descrição e explicação do fenómeno delinquente.

1. Introdução

No conjunto das investigações criminológicas oriundas do Canadá, relativas à delinquência juvenil, podemos destacar, com justa razão, os estudos da *Escola Criminológica do Quebeque*. Emergindo com base em investigações iniciadas na década de 40, a referida escola ou corrente intentou delinear a criminologia como um domínio de pesquisa empírica que, na intersecção das ciências psicológicas, sociológicas e jurídicas, se afirmasse como um campo autónomo de produção científica.

Se há razão para sublinhar a heterogeneidade dos métodos utilizados nos trabalhos da escola criminológica quebequiana, é de reconhecer, como denominador comum, o seu carácter eminentemente empírico, pois se apoiam, tal como outros estudos de natureza social, numa extensa recolha de dados, tratados de forma analítico-descritiva ou estatística. Da observação naturalista à observação sistemática e participante, da entrevista não directiva ao questionário estandardizado, da análise das organizações à exploração individual, vários são os procedimentos heurísticos adoptados pelos investigadores canadianos, em função do tipo de problema e do carácter fundamental ou aplicado da pesquisa, assumindo

sempre, no entanto, a inquirição no terreno uma dimensão essencial da construção das suas hipóteses teórico-explicativas.

Se de um ponto de vista metodológico, o ecletismo é a imagem de marca da *Escola Criminológica* canadiana, o mesmo pode ser dito relativamente ao pluralismo do enquadramento epistémico-conceptual das suas pesquisas que, de forma coerente e assumida, procuram conciliar a tradição criminológica europeia e a norte-americana.

Participando na “revolução tranquila” que conheceu o Quebeque, no dealbar da 2ª metade do sec. XX, a pesquisa criminológica polariza-se, ainda, na sua intenção política, por uma orientação democrática de reforma e, designadamente no domínio da delinquência juvenil, por uma inovação planificada dos organismos e serviços de acolhimento e reeducação, de forma a tornar o seu funcionamento mais consentâneo com as mudanças societais que configuram, no presente, as novas formas de criminalidade juvenil.

2. A escola de criminologia empírica do Quebeque: etapas de formação e orientação dos estudos

Nascida da confluência de saberes e práticas-científicas diversas (jurisprudência, psicologia, psiquiatria e serviço social), a corrente de criminologia empírica desenvolve-se no pós-guerra, considerando-se como sua obra fundadora a investigação do Padre Beausoleil que, em 1949, publicou um *Inventário dos casos de delinquência que compareceram diante dos juízes*. Procurando desenvolver uma abordagem científica do fenómeno da delinquência, o autor começa por analisar os factores sociais e individuais que lhe estão subjacentes, concedendo um especial relevo à configuração da personalidade do delinquente que descreve como imatura e egocêntrica, “ávida na satisfação imediata dos seus desejos” e “incapaz de se conformar aos *standards* sociais e às regras morais” (cf. J. Laplante, 1994, 356). Este perfil é sancionado por outras autoridades científicas da época, como sejam o Padre Mailloux, então director do Instituto de Psicologia da Universidade de Montréal, e o abade Lortie, director do Serviço de Readaptação Social do Quebeque.

Esta concepção patologizante da criminalidade que sustenta as primeiras abordagens científicas do fenómeno prossegue-se ao longo da década de 50, como o provam o teor das comunicações apresentadas num Simpósio organizado, em 1956, pelo Serviço de Readaptação Social do Quebeque e que reuniu, para além de juristas, especialistas das áreas

de psicologia, psiquiatria e serviço social.

Identificando o criminoso com o psicopata, a delinquência figura, no parecer de alguns, como a expressão sintomática e privilegiada de perversões caracteriais, de natureza constitucional. Neste aspecto, é paradigmática a afirmação de Bourgoin, psiquiatra, que declara:

Num número considerável de delinquentes, certos traços mórbidos assemelham-se de algum modo aos dos enfermos e doentes designados por psicopatas. Não é exagerado considerar, assim, que a maioria dos grandes recidivistas se inclui nesta categoria de indivíduos (Bourgoin, 1956, *apud* Laplante, 1994, 357).

De forma conexas com este interesse “científico”, psicologicamente orientado para a análise da personalidade do “criminoso”, envidam-se esforços no sentido da sua reeducação. Os jovens delinquentes são, sem dúvida, os alvos privilegiados de tais medidas que se afiguram eliminar ser tanto mais eficazes, quanto menos extenso for o percurso desviante e maior for a plasticidade dos sujeitos.

Instituem-se, assim, de acordo com a legislação então promulgada, serviços de protecção e clínicas de apoio especializado a menores que mobilizam equipas interdisciplinares de peritos (psicólogos, médicos, assistentes sociais e psicopedagogos), que figuram como consultores das instâncias judiciárias, de forma a estabelecer-se o regime educativo ou correcional mais adequado para cada caso, em função do diagnóstico formulado. Com efeito, o novo discurso científico-técnico sobre a criminalidade adulta e a delinquência juvenil, ao fazer ceder o passo aos discursos meramente moralizantes, incita mudanças sensíveis no próprio figurino jurídico-administrativo da época. Neste sentido, psicólogos, entre os quais se destacam Cormier (1959) e Fréchette (1959) reclamam uma maior flexibilização das penas e uma maior abertura do meio carceral às perspectivas terapêuticas. Ciente dos próprios efeitos perniciosos das organizações penitenciárias, Fréchette ensaia experiências de terapia de grupo no meio presidiário e analisa os seus efeitos e limitações, considerando os constrangimentos associados aos indivíduos e à própria instituição carceral.

Com as novas práticas institucionais de reabilitação, o progresso das ciências criminológicas, na década de 60, torna-se sensível e suscita um acrescido interesse pela sua institucionalização e ensino nos meios universitários. Pioneiro neste ensino, o *Instituto de Psicologia da Universidade de Montréal* oferecia, por inspiração do Padre Mailloux, desde o dealbar dos anos 50, um ensino sistemático de criminologia; em 1960, o *Departamento de Criminologia da Universidade de Montréal* au-

tonomiza-se, cooperando de forma estreita com a *Sociedade Canadiana de Criminologia* (1956) e a *Sociedade de Criminologia do Quebeque* (1960) e, posteriormente, com o *Centro Internacional de Criminologia*, fundado, em 1969, pelo Professor Szabo.

Institucionalmente reconhecido como científico pelo acolhimento que lhe é dado nas instituições universitárias, o saber criminológico desenvolve-se no Quebeque durante as décadas subsequentes, filiando-se em duas grandes tradições: a *clínica*, já com algum passado, como vimos, e a eliminar *sociológica* que vai suscitar um novo tipo de abordagem, menos centrado na descrição da personalidade do infractor e mais orientado para a análise das condições sociais e culturais que motivam o crime.

É, neste sentido, que alguns criminólogos, na década de 70, sublinham a ideia de “subculturas delinquentes” e focam os conflitos socioculturais que subjazem ao processo criminogenizante, designadamente nos grupos de emigrantes do Canadá que se sentem alienados da cultura dominante, sem mostrarem traços muito evidentes de ligação à sua cultura de origem (Ribordy, 1970; Normandeau, 1971). Como o denota o estudo de Laplante (1994), esta criminologia de orientação marcadamente sociológica fixa entre os seus objectivos redimensionar a própria orientação heurística da criminologia com uma intervenção crítica mais directa das instâncias jurídicas e penais. Assim é que, no início dos anos 70, Landreville preocupa-se com a preservação dos direitos dos detidos nas instituições carcerais do Quebeque (Landreville, 1973, 1976; Dumont & Landreville, 1973), focando o seu interesse heurístico não tanto no infractor, mas antes na normatividade das instâncias sociais que regulam as penas.

Nesta mesma linha de pensamento se orientam outros investigadores que denunciam a desigualdade social na aplicação das penas (Campeau, 1976; Délisle, 1976; Gosselin, 1977; Héту, 1976) e a contaminação ideologicamente enviesada de certos discursos “pretensamente” científicos em torno da criminalidade que mais não fazem do que mascarar concepções míticas em torno do direito e da lei penal (Stafford, 1977).

Reflectindo sobre os efeitos visíveis destes estudos, Laplante (1994) reconhece que, se bem que pouco originais no plano teórico, contribuíram de modo significativo para modificar certas práticas penais, no Quebeque. Com efeito, o clima social, então vivenciado, tornava-se permeável às reivindicações dos grupos minoritários que denunciam cada vez com mais insistência, na época, as práticas e mecanismos institucionais de exclusão. O próprio discurso feminista, de forte expressão,

na década de 70, contaminava muitos outros discursos reivindicativos, insuflando a *praxis* académica de um sentido agónico, até então desconhecido. De facto, e sem considerar as mudanças operadas como fruto exclusivo do militantismo intelectual dos criminólogos, é de reconhecer o sentido útil dos trabalhos de Ciale (1967), Fréchette (1970), Cormier (1965 a e b) que denunciavam as más condições carcerais e os efeitos perniciosos que as mesmas produziam nos esforços de reabilitação. Os direitos humanos dos presos foram também insistentemente evocados por Cormier que apelava à cooperação dos vários peritos na edificação de uma justiça mais humana, respeitadora dos direitos do indivíduo.

De um ponto de vista metodológico, a inflexão da pesquisa criminológica, na década de setenta, acarretou também alguns frutos, devido à utilização mais extensa que passou a ser feita dos métodos qualitativos (cf. Poupart, 1980; Pires, 1982; Poupart, Rains & Pires, 1983). Como refere Laplante (1994, 375), a metodologia qualitativa “adquire o seu estatuto próprio e já não tem necessidade de se cobrir com o manto positivista para existir”.

Enriquecida pelas perspectivas crítica e interventiva dos anos 70, a *Escola Criminológica do Quebec* marcou uma nova etapa do seu percurso, a partir dos anos oitenta, devido ao aparecimento de novos estudos teórico-empíricos que suscitaram uma renovada conceptualização do fenómeno criminógeno. Institucionalmente, a emergência desta nova etapa heurística ficou marcada por uma ligação mais estreita entre o grupo académico da Escola de Criminologia da Universidade de Montréal e centros de investigação norte-americanos e europeus. Através destas ligações, aprofundam-se os contornos críticos da orientação sociológica, já esboçada na década anterior. Assim é que, por exemplo, os estudos de Pires, Landreville e Blankevoort (1981) procuram tornar evidente o impacto diferencial que a “pena” tem na trajectória dos indivíduos, em função do seu extracto social de origem. Sempre numa mesma perspectiva crítica da normatividade social, a equipa de Rico (1981) e Parent (1982) interessam-se pelos “crimes de luva branca”, mostrando o enviesamento subjacente à forma particular como as diversas instâncias judiciais seleccionam, classificam e julgam estas formas de “desvio”. O facto é que emergindo em grande profusão, nas décadas de 80 e 90, estes estudos críticos de orientação sociológica acabam por polarizar-se em torno de algumas problemáticas recorrentes. Haveria, assim, que considerar uma primeira modalidade de estudos, cujo objectivo teórico-heurístico central se foca na análise de certas práticas institucionais de forma a evidenciar os seus limites e enviesamentos (cf.

Okomono, 1987; Duret, 1988; Lalande, 1990; Gagné, 1990; Laberge, 1990), e uma outra que aposta em questionar de forma mais radical os próprios mecanismos de produção da lei (Boismenu & Gleizel, 1988; Fecteau, 1989; Landreville & Lebeuf, 1987; Laplante, 1989) e os diversos factores sócio-históricos que configuram a representação social do desvio (Tremblay, 1984; Cellard, 1991).

Se os estudos de orientação sociológica, desenvolvidos entre os anos 70 e 90, configuraram uma nova fisionomia heurística à escola criminológica do Quebeque, o facto é que são igualmente de assinalar como relevantes certos estudos que prosseguem a orientação clínica precedente (Debuyst, 1977) ou ensaiam uma abordagem eclética (psicossocial), tentando conciliar as orientações clínica e sociológica. Esta forma de abordagem, que enquadra muitos dos estudos sobre a delinquência juvenil, que a seguir descreveremos em detalhe, polariza-se tanto para a análise dos problemas específicos do indivíduo desviante como para a reflexão sobre os mecanismos de ordem sócio-grupal e institucional que suscitam o desvio, dificultando a observância das normas estabelecidas.

3. A delinquência juvenil como temática central: caracterização da abordagem

Nas últimas três décadas do sec. XX, as investigações sobre a delinquência de menores polarizaram o interesse de muitos investigadores da Escola de criminologia empírica do Quebeque, constituindo, sem dúvida, um dos domínios em que a Escola mais se afirmou, graças à profusão, continuidade e variedade dos estudos em questão.

Realidade difusa e complexa, a suscitar múltiplos tipos de abordagem, o fenómeno da delinquência apresenta-se com contornos mal delimitados que impõem necessariamente uma precisão, de forma a esclarecer o tipo de comportamentos que os investigadores no Quebeque incluíram dentro deste âmbito. De um ponto de vista estritamente jurídico, a delinquência impõe necessariamente uma infracção à lei, por parte de um menor; no entanto, a lista dos comportamentos que têm sido conotados como delinquentes pode amplificar-se e incluir um certo tipo de condutas que, não infringindo de forma expressa a lei, são consideradas como antagónicas do estatuto de minoridade e, neste sentido, afiguram-se como impróprias ou desviantes: fumar, consumir álcool, fugir de casa, faltar à escola... Nestas circunstâncias, e porque as condutas não infringem de forma expressa as disposições do Código Penal, a catego-

rização das mesmas como delito parece ser menos importante do que o facto de traduzirem uma disposição perversa da personalidade relativamente à qual importa actuar. Ou seja, estes comportamentos traduziriam, de alguma maneira, um *desvio* que deve suscitar atenção, de modo a evitar uma futura evolução criminógena. Por outro lado, o facto de os investigadores de Montréal ampliarem a sua pesquisa ao fenómeno da delinquência *oculta* denota uma muito maior extensão do fenómeno na adolescência. Tratando-se em quase todas as circunstâncias de delitos menores, o facto parece anódino e inscreve-se nas próprias vicissitudes do desenvolvimento adolescente. Abordando, assim, o fenómeno na sua mais ampla latitude, os investigadores do Quebeque têm vindo a fomentar uma extensa pesquisa empírica que, fazendo confluír formas de abordagem heterogéneas, agrupa quatro grandes categorias de produção heurística. A destacar, em primeiro lugar, na continuidade das perspectivas clínicas dos trabalhos pioneiros de Mailloux, os estudos sobre o *perfil* do delincente. Muitos destes estudos têm um recorte marcadamente académico, configurando-se como teses de Mestrado ou Doutoramento, apresentadas nos Departamentos de Psicologia e Serviço Social das Universidades de Montréal, Laval, McGill, Sherbrooke e do Quebeque.

No âmbito do segundo tipo de produções heurísticas, podemos incluir pesquisas de maior envergadura que se integravam em projectos subvencionados do Departamento de Criminologia da Universidade de Montréal. O primeiro (1964-1969) destes projectos, coordenado por Szabo, Gagné e Michaud, equacionou como temática maior a questão da estrutura social e a moralidade dos adolescentes; o segundo projecto (1973-1979) dirigido por M. Fréchette explorou as temáticas relacionadas com o diagnóstico e o prognóstico das formas graves de delinquência juvenil; um terceiro (1975-1980), coordenado por Marc LeBlanc e M. Fréchette, fez incidir a reflexão nos aspectos da estrutura e dinâmica do comportamento delincente, e finalmente, um quarto projecto, mais recente, dirigido por uma equipa mais vasta de investigadores¹, incorpora um estudo longitudinal sobre as dificuldades de adaptação social de rapazes entre os 6 e 16 anos.

Estes projectos, sendo de natureza mais ampla, diferenciam-se de outras pesquisas, elaboradas por estudantes do Departamento de Criminologia da Universidade de Montréal, marcadamente mais delimitadas nos seus objectivos, mas constituindo um valioso manancial de da-

¹ Podemos citar os nomes de R. Tremblay, C. Gagnon, P. Charlebois, S. Larrivé, M. LeBlanc e F. Vitaro.

dos empíricos que dão suporte à teorização criminológica. Esta torna-se particularmente explícita nas produções heurísticas que podemos assinalar como as publicações formais da Escola: tratados ou obras colectivas que, procedendo à síntese das várias investigações, pontuam a própria evolução das perspectivas globais sobre o fenómeno. Sem pretendermos ser exaustivos, podemos destacar, neste âmbito, as publicações de Mailloux (1971), Szabo *et al* (1972), Lemay (1973), Parizeau e Delisle (1974), Cresson (1981), Cloutier (1982), Fréchette e LeBlanc (1987), LeBlanc e Fréchette (1989 a e b), Bouchard (1991), Szabo e LeBlanc (1985), Cusson (1990), LeBlanc *et al* (2002). No seu conjunto, estas publicações assinalam a evolução das perspectivas e concepções explicativas sobre o fenómeno delinvente.

Os anos 60 vêem, com efeito, despontar as primeiras abordagens integrativas do fenómeno que incorporam tanto conceitos e métodos da psicologia como da sociologia, nas suas indagações heurísticas, formalizando-se operacionalmente estas concepções integrativas, nas décadas de 70 e 80, graças a novos contributos teóricos que esclareceram a dinâmica subjacente aos vários mecanismos de regulação social na sua relação com a conduta delinvente.

Nos anos 80, os estudos clínicos sobre o perfil psicológico do adolescente são contemplados por numerosos dados estatísticos, que apontam a incidência das várias formas de conduta delinvente tanto na população adolescente em geral, como em grupos específicos, diferenciados de acordo com a idade, sexo e nível sócio-económico. Estes estudos comparativos permitem dilucidar alguns dos processos familiares, escolares e sociais que podem configurar-se como criminogenizantes, ao mesmo tempo que abrem perspectivas para novas modalidades possíveis de prevenção e reeducação, aspecto que, de forma particular, tem vindo a interessar o grupo de investigadores, nesta última década.

Como é evidente, o interesse pela teorização do fenómeno delinvente percorre o fio das próprias pesquisas empíricas do grupo, se bem que se denote de forma mais extensiva nalgumas publicações de síntese, em que de forma sistemática, são discutidos e explicitados os conceitos fundadores da abordagem *integrativa* da delinquência que tem vindo a ser exemplarmente equacionada por Marc LeBlanc.

A abordagem integrativa formalizada por LeBlanc inspira-se na sua base na teoria da *regulação social* de Hirschi (1969) de que constitui uma reformulação sucessivamente actualizada em função dos próprios dados empíricos recolhidos. Nos seus termos mais gerais, a teoria da regulação social que, de modo remoto, se inspira na teoria sociológica de

Durkheim, considera que o comportamento delinvente é produto de uma falha na ligação (*bond*) dos indivíduos à sociedade convencional. O autor não define propriamente a sociedade convencional, mas enfatiza a importância de três elementos: a família, a escola e o grupo de pares, enquanto instâncias de controle social, às quais o jovem tem de se sentir ligado para não agir de forma desviante.

Enquanto instância reguladora, a *família* impõe um controle social, através da supervisão directa exercida pelos pais, da ligação que com eles o adolescente estabelece e da crença que fomenta na legitimidade da sua autoridade. Relativamente à *escola*, Hirsch denota a importância reguladora desta instituição pelo relacionamento que o jovem mantém com os professores, pelo investimento que faz nas tarefas académicas, pela aceitação das normas e valores impostos pelo sistema pedagógico. No caso do *grupo de pares*, a sua função de regulação social figura como mais vaga, não discutindo o autor aspectos que são tidos, por outros investigadores, como essenciais, designadamente a incidência que a ligação a pares com condutas desviantes pode ter na susceptibilização do adolescente ao crime.

Salientando a importância da ligação do adolescente aos pais como factor dissuasor da criminalidade, Hirschi destaca quatro elementos dessa ligação: em primeiro lugar, há que considerar o laço afectivo que se operacionaliza pelo sentido da presença *psicológica* que o jovem tem dos pais, mesmo na sua ausência. Este sentimento de presença psicológica funciona como uma forma de supervisão indirecta, na medida em que o adolescente é levado a ponderar o efeito dos seus actos em função do que pensa serem as opiniões e expectativas dos progenitores, identificando-se com as suas regras e valores; assim é que, face a um potencial acto delinvente, a evocação das opiniões e expectativas parentais configura uma forma de censura implícita que afasta os sujeitos da prática do crime.

De modo similar, a ligação afectiva do adolescente aos professores age no sentido da normalização dos comportamentos, sendo igualmente importante a adesão do menor às normas e valores que a escola consigna. Com efeito, um traço comum aos vários delinquentes é o desinteresse escolar e a rebelião contra as autoridades académicas, sendo de mau prognóstico o desinteresse que qualquer jovem revele perante a opinião dos professores a seu respeito.

Apresentando-se a ligação *social*, na pessoa dos pais e professores, o primeiro factor protector contra a delinquência, Hirschi não deixa de considerar outros factores, como seja a *orientação* ou *compromisso*

(*commitment*) para a conformidade. Na percepção do investigador, o investimento em actividades convencionais é percebido como um elemento antagónico à actividade delinvente, porque na avaliação das vantagens e custos, o jovem adolescente que está polarizado por actividades convencionais e apostado na sua boa reputação avaliará negativamente os custos de um comportamento delinvente. Neste sentido, os adolescentes apostados no sucesso escolar terão menos probabilidades de se envolverem em actividades marginais, na medida em que esse envolvimento coartará as suas aspirações ao sucesso. De modo inverso, o abandono escolar precoce susceptibiliza o adolescente a reclamar um "estatuto adulto", através da participação em actividades impróprias para a idade, como fumar, beber, desenvolver uma actividade sexual.

A própria extensão do *envolvimento* em actividades convencionalmente designadas para jovens afigura-se significativa, pois quanto maior for a dimensão desse envolvimento, tanto menor será o tempo para dispendir em actividades marginais. Por último, uma forma de ligação às instâncias de controle social será a própria *crença* ou *convicção* (*belief*) na validade moral ou sociológica das normas impostas, crença essa que se relaciona de modo intrínseco com a ligação afectiva que o jovem manifesta em relação aos outros.

Na revisão que faz da teoria de Hirschi, LeBlanc (1997) se bem que aceitando os seus postulados de base equaciona aspectos teoreticamente mais vulneráveis no âmbito da operacionalização dos próprios conceitos. O autor sugere, assim, que para delimitar as distintas formas de regulação social, o conceito de vínculo (*bond*) seja utilizado apenas para denotar a ligação afectiva do menor a pessoas, o conceito de *envolvimento* (*involvement*) para referenciar a sua inserção em actividades convencionais e o conceito de *compromisso* (*commitment*) para destacar a sua ligação a instituições.

De salientar, ainda, que o conceito de *compromisso* (que preferimos traduzir por *orientação*) reporta-se a um nível atitudinal e o conceito de *envolvimento* a um nível comportamental. Assim a *orientação* para o sucesso traduziria o desejo manifesto do jovem para prosseguir objectivos convencionais e o *envolvimento* seria o dispêndio de energia na prossecução de actividades convencionais.²

² O construto de envolvimento seria assim constituído por quatro componentes: envolvimento em actividades escolares; envolvimento no trabalho; envolvimento em actividades convencionais com os pais; envolvimento em actividades convencionais com os pares.

Na abordagem integrativa de LeBlanc são identificadas quatro categorias de mecanismos de regulação: a vinculação (*bonding*), a progressão (*unfolding*), a modelação (*modelling*) e o constrangimento (*constraining*).

Especificando melhor, podemos considerar que a *vinculação* se reporta às várias formas de associação ou interacção entre indivíduos, constituindo essa ligação o sedimento básico da conformidade. A *progressão* constitui, também, uma forma de regulação social, enquanto direcciona o(s) sujeito(s) para um determinado estado tido por desejável em função de certos valores e expectativas. Na versão do autor, este mecanismo regulador agiria a nível individual e societal, tornando os indivíduos mais susceptíveis aos próprios efeitos da *modelação*. A *modelação* refere-se à existência de padrões na sociedade que podem configurar conformidade e representarem oportunidades acrescidas para os jovens. Finalmente, o *constrangimento* é a pressão exercida para a conformidade através de limites que são impostos de forma explícita ou implícita.

Dentro de uma perspectiva dinâmica e sistémica, os vários mecanismos são supostos interagirem; assim é que sem ligações sociais, os modelos não se tornam significativos e os constrangimentos não operam. Como refere LeBlanc, “uma comunidade ou um indivíduo sem vínculos não pode ser sensível aos controlos directos ou influenciado pelos modelos disponíveis” (LeBlanc, 1997, 226). O investigador reconhece também que os modelos e constrangimentos são mais específicos e tendem a mudar frequentemente, não sendo dimensões tão permanentes como a vinculação e a progressão.

A nível individual, segundo LeBlanc, a conformidade aos padrões convencionais do comportamento produz-se e mantém-se, por um lado, quando o sujeito desenvolveu um nível adequado de *alocentrismo* e, por outro, quando os constrangimentos e normas são adequados e os modelos de comportamento pró-social estão disponíveis. Pelo contrário, os comportamentos desviantes emergem quando as forças reguladoras são insuficientes e os modelos desviantes proliferam. Estas causas serão tanto mais incidentes, quanto mais os sujeitos apresentarem certas vulnerabilidades biológicas ou perturbações que tornam mais inoperante o desenvolvimento de uma personalidade *alocêntrica*, adaptada aos constrangimentos normativos de uma vida em sociedade. O *alocentrismo* manifesta-se em várias dimensões (cognitiva, afectiva, moral) e caracteriza-se por uma progressiva descentração que permite ao sujeito coordenar os diversos pontos de vista. Neste sentido, o *alocentrismo* favorece a ligação à sociedade e configura o respeito pelos interesses colectivos em detrimento do mero interesse individual. No âmbito da sua teoria, LeBlanc

considera que a vinculação social e o alocentrismo se interligam e se suscitam reciprocamente, não se verificando, neste aspecto, uma causalidade unidireccional; ambos constituem requisitos genéticos da conformidade e operam em sinergia.

Se numa abordagem integrativa, as variáveis endógenas têm de ser invocadas para explicar a dinâmica subjacente à formação da personalidade do infractor, as variáveis exógenas são igualmente tidas em consideração numa análise do fenómeno da criminalidade. Neste sentido, o investigador considera que “um elevado nível de conformidade aos padrões convencionais de comportamento persiste na comunidade quando a organização social é estruturada, a organização cultural sólida e quando há suficientes oportunidades legítimas” (LeBlanc, 1997, 240). Alternativamente, “um elevado índice de criminalidade existe, quando a desorganização cultural e social são persistentes, quando os controlos directos são inadequados e quando as subculturas marginais estão presentes. Estas causas de um elevado índice de criminalidade serão mais eficazes num contexto fisicamente deteriorado e quando o estatuto social da comunidade é baixo” (LeBlanc, 1997, 240).

Ou seja, numa abordagem integrativa, os factores endógenos são dinamicamente interpretados em função da sua interacção com os factores exógenos, pelo que LeBlanc assume que “a conformidade aos padrões convencionais do comportamento numa dada situação específica ocorre quando as actividades de rotina são convencionais, quando o auto-controlo é elevado, quando não há ocasião para a perpretação de um acto criminoso e quando a vigilância é fiável. Esta regulação para a conformidade é condicionada pela qualidade da comunidade e das regulações pessoais” (*Id., Ibid.*, 247).

Com efeito, consignando a abordagem integrativa de LeBlanc uma síntese das abordagens sociológica e psicológica do crime, o que o autor postula é sempre uma dinâmica interactiva entre as formas de regulação externas e internas e, neste sentido, uma interdependência entre os níveis societal e individual. Consequentemente, o próprio contexto em que os indivíduos vivem, dependendo da sua própria posição no tecido social, pode afectar pela sua má qualidade o próprio equipamento biológico dos indivíduos, tornando-os mais vulneráveis a formas deficientes de auto-controle. Por outro lado, a organização cultural e a estrutura social limitam o espectro das legítimas expectativas de desenvolvimento dos sujeitos, ao mesmo tempo que facultam modalidades de regulação (formais e informais) que propiciam a sua conformidade. Assim é que, por exemplo, se denota que o fenómeno de delinquência tem acompanhado um

movimento de urbanização que, de modo global, torna mais ténues as modalidades de controle social, facultando maiores oportunidades para a prática do crime. Dependendo dos contextos particulares de vivência e educação dos jovens, assim lhe são facultadas ou não condições de supervisão das suas actividades de rotina e são disponibilizados em maior ou menor grau modelos pró-sociais que incorporam expectativas legítimas de sucesso em actividades socialmente consentidas.

Estabelecendo uma ponte entre uma leitura psicológica e sociológica do fenómeno delincente, a abordagem integrativa desenvolvida por LeBlanc e equipa complementa-se com uma abordagem *desenvolvimentista* que procura interpretar o fenómeno delincente no âmbito de uma perspectiva genética; assim se investigam os ritmos temporais de eclosão das condutas marginais e a sua evolução diacrónica, como adiante focaremos.

4. Comportamento delincente no decurso da adolescência: descrição e análise do fenómeno

No conjunto das suas extensas pesquisas Fréchette e LeBlanc (1987) têm procurado tipificar os actos delinquentes mais comuns na adolescência, pelo que importa, antes de incidirmos noutras análises explicativas, proceder à sua descrição.

O *furto de artigos expostos* aparece como uma infracção muito generalizada e frequente, comparativamente a outras categorias de delito. Usualmente é cometido em grupo e muitas vezes ocorre, sem premeditação, de modo impulsivo e oportunista, tornando-se rara a utilização de formas violentas de coacção.

Na categoria classificada pelos autores como *furto simples*, a frequência entre os jovens institucionalizados para reeducação também se apresenta elevada, observando-se que, para mais de metade dos infractores, o furto simples implicou premeditação, foi executado com um ou dois cúmplices, por razões utilitárias e sem grande tensão associada durante e após o acto. Em função da gravidade do furto, este tipo de delito pode denotar-se como uma conduta meramente oportunista ou com cambiantes criminógenos mais graves.

O roubo de veículos motorizados pode inscrever-se usualmente no âmbito desta categoria; na maioria dos casos, este furto parece não assumir um verdadeiro significado anti-social, mas corresponder essencialmente a uma proeza de grupo. Para a maioria (80%), entre os sujeitos

submetidos a reeducação, este delito circunscreve-se a duas ou três ocorrências, e só os restantes o cometem de forma regular.

Os *furtos maiores* ou com a utilização de meios violentos de coacção já se enquadram entre os delitos graves, tanto mais que a sua incidência, diferentemente de outro tipo de delitos, tende a crescer-se com a idade. No caso de roubos a *transeuntes* que suscitam a utilização de meios violentos, os autores observaram que correspondem tanto a condutas impulsivas como a comportamentos que implicam uma premeditação prévia, sem grande temor dos riscos inerentes ao comportamento delituoso. Numa circunstância ou outra, o recurso à violência configura um quadro grave de anti-sociabilidade que tenderá a incrementar-se com a idade, ao contrário dos *actos de vandalização* que, mesmo quando graves, tendem a limitar-se no tempo.

As *desordens públicas* (7,7 % dos sujeitos em reeducação) são incluídas, pelos autores, entre os actos delinquentes de menor gravidade que ocorrem igualmente entre jovens que nunca foram remetidos a Tribunal e nisso se distinguem do *tráfico de drogas* (8,4 % dos sujeitos em reeducação) que apresenta um padrão criminógeno de maior gravidade.

As orientações estratégicas das condutas delinquentes também parecem de relevar nesta tipificação dos actos delinquentes, apresentando-se como indissociáveis da própria forma de delito, sem do mesmo serem exclusivas.

Assim, segundo Cusson (1990), as quatro grandes motivações subjacentes aos vários tipos de comportamento desviantes seriam:

- o dispêndio de energia e o desejo de excitação;
- a obtenção de uma qualquer supremacia ou prestígio;
- a aquisição de bens;
- o domínio ou a aniquilação do outro pelo exercício da violência.

Não sendo estas finalidades estratégicas configurativas do próprio delito, mas comuns à actividade não delincente de outros adolescentes, as observações de Cusson convergem com a interpretação de Fréchette e LeBlanc (1987) que tendem a considerar as formas menores de delinquência como uma vicissitude do próprio desenvolvimento juvenil. Em sua opinião, e para a tipificação do próprio fenómeno da delinquência, haveria que distinguir entre: uma delinquência de *ocasião*, mais benigna e difundida; uma delinquência de *transição*, com formas mais graves de comportamento desviante, mais heterogénea nas suas manifestações e mais extensa no tempo; uma delinquência de *condição* que tenderia a persistir e, por isso, torna-se indiciadora de um percurso criminógeno.

Ou seja, a pesquisa criminológica tende a suscitar uma visão gradativa do fenómeno, diferentemente das representações sociais do público que convergem para uma visão muito mais genérica e indistinta, de acordo com algumas pesquisas citadas por Fréchette e LeBlanc (1987, 15-16). Para quebrar com esta visão indistinta e pré-científica, e diferenciar os próprios níveis de gravidade da delinquência, LeBlanc (1977) refere-se também a uma delinquência *policia*, *judicial* e *institucional* que implica reeducação em sistema de internato. Esta categorização corresponde a uma escalada da intervenção, em correspondência com o crescendo de gravidade dos delitos.

Por outro lado, a equipa de Montréal não se tem limitado a aferir os delitos que são detectados (a delinquência oficial), mas através da aplicação de questionários anónimos e entrevistas têm procurado avaliar os níveis de delinquência *oculta*. Os dados obtidos figuram independentes do tipo de técnica utilizada, e as várias pesquisas levadas a cabo, nas décadas de 60/70, para aferir da validade das respostas, têm permitido confirmar o elevadíssimo índice de credibilidade das mesmas, bem como o elevado grau de concordância entre as diversas escalas.

Avaliando, assim, a extensão do fenómeno delinvente nos seus aspectos mais anódinos, LeBlanc e Fréchette falam da delinquência como “um epifenómeno da adolescência” que envolveria mais ou menos 90% dos jovens em actos relativamente benignos. Com efeito, os dados estatísticos tornam-se reveladores desta vasta incidência, considerando que, no decurso de um ano, 92,8% dos jovens cometeram, pelo menos, uma transgressão. Os dados estatísticos indiciam que 88% infringiram uma norma exclusiva dos adolescentes e 81,5% uma medida do Código Penal.

Quanto à tipologia dos delitos, haveria que considerar os furtos benignos (37,5%), os delitos de vandalismo (15%), o pequeno tráfico associado ao consumo da droga (28%) e a agressão a terceiros (31%). Em 28,5% dos casos, observa-se um padrão homogéneo de delinquência e em 32,7% um padrão heterogéneo, mas fundamentalmente limitado a dois tipos de delito.

No conjunto, os autores concluem que o alvo privilegiado da violência são mais os bens do que as pessoas e que a natureza dos delitos não acusa um carácter de gravidade muito marcado, inscrevendo-se num contexto hedonista de satisfação imediata. Neste sentido, e dada a relativa benignidade dos delitos e o seu elevado índice de representatividade, os autores são levados a inferir que, nos adolescentes convencionais, a delinquência ligeira é uma actividade omnipresente, sendo o delito mais usual o furto de pequena gravidade (muitas vezes de artigos expostos), a

agressão entre pares e o consumo de drogas ligeiras. Regra geral trata-se de uma actividade homogénea, pois maioritariamente os sujeitos tendem a cometer um único tipo de delito, e que denota imaturidade social, sendo a primeira metade da adolescência o período mais propício à ocorrência de transgressões. Em qualquer circunstância, a população masculina está sobrerrepresentada relativamente à população feminina, independentemente do meio social de origem. Em suma, sem ser totalmente inócua, a delinquência ligeira dos adolescentes comuns é, como Fréchette e LeBlanc admitem “uma delinquência usual que não marca negativamente o responsável e que pode, sem dúvida, definir-se como o equivalente de um rito de passagem pelo qual o jovem faz a experiência pessoal dos limites sociais a não ultrapassar” (1987, 47).

De forma antagónica, a delinquência dos jovens institucionalizados já admite formas mais graves, podendo indiciar uma futura criminalidade adulta. A preponderância vai ainda assim para os delitos de ordem material (91,7%) relativamente aos delitos de ordem interpessoal (44,2%). Para 12,8% dos sujeitos, a delinquência aparece associada à toxicodpendência.

Relativamente aos adolescentes convencionais, observa-se que, na população institucionalizada, o número de delitos se acresce substancialmente: para 60% dos sujeitos podem indiciar-se 70 ou mais delitos, de diferente natureza. Os delitos figuram também como mais graves. Tal significa que, relativamente à delinquência dos adolescentes comuns (não indiciada pela Polícia), a delinquência dos jovens institucionalizados apresenta-se como mais frequente, mais grave e heterogénea.

Os adolescentes presentes a Tribunal tendem, por outro lado, a iniciar a actividade delinvente mais cedo (51,2% aos 11 anos), o que faz crer que a puberdade não teve um papel relevante na sua emergência. Para um grande número deles, na adolescência média, a delinquência confirma-se já como um fenómeno essencialmente polimorfo. Como afirmam Fréchette e LeBlanc (1987, 109), aos 14 anos, “tout le clavier des délits a déjà été parcouru”. Excepção feita para as condutas homicidas.

De forma similar aos adolescentes convencionais, na fase final da adolescência, há um decréscimo no grupo dos institucionalizados, observando-se dois processos maiores de evolução da delinquência: uma delinquência *regressiva* e que, como tal, é transitória e uma delinquência *extensiva* que se vai consolidando e resistindo às pressões judiciais. No primeiro caso, notam os autores, não obstante algumas consequências perniciosas, a delinquência não impede a inserção social; no segundo caso, a delinquência torna-se o sinal precursor da criminalidade adulta e,

neste sentido, afigura-se como já distintiva.

Se a comparação que foi feita entre os adolescentes convencionais e os que estão sujeitos a reeducação denota, à partida, diferenças entre os dois grupos relativamente à *frequência*, *forma* e *gravidade* dos delitos, a consciência que os investigadores de Montréal têm da natureza gradativa do fenómeno leva-os a diferenciar, ainda, vários níveis de delinquência em função dos critérios de *quantidade*, *diversidade*, *gravidade* e *continuidade*. Assim, e de acordo com uma ordem gradativa crescente, poderíamos referenciar na população juvenil:

- ausência de delinquência;
- delinquência *ocasional* (um certo número de delitos limitado no tempo);
- delinquência *intermitente ligeira* (mais durável, mas de frequência pouco elevada);
- delinquência *intermitente média*;
- delinquência *recorrente tenaz* (frequente, contínua e persistente).

Os dados estatísticos apontam para uma diminuta percentagem, no primeiro nível (3,1%). Para as outras categorias, os autores apresentam as seguintes percentagens: 13,1%, 27,3%, 37,8% e 18,7%.

De forma complementar a esta análise descritiva do fenómeno da criminalidade entre os adolescentes, a equipa de Montréal tem procedido a estudos comparativos e clínicos de forma a tipificar a personalidade dos jovens delinquentes, evidenciando os padrões familiares e sociais que configuram os seus contextos de vida.

5. Factores explicativos da conduta delincente: da tipificação da(s) personalidade(s) dos jovens delinquentes à análise sociológica

Se a delinquência é, na sua forma anódina, um fenómeno extensivo à população adolescente, há uma percentagem de jovens, cuja prática criminógena se afigura mais grave, frequente e persistente, justificando uma atenção particular, tanto do ponto de vista psico-educativo como do ponto de vista sociológico.

Correspondendo às primeiras orientações marcadamente clínicas, Mailloux tinha já procedido, na década de 50, à observação sistemática da personalidade dos sujeitos delinquentes em processo de reeducação no internato de Boscoville. Muitas destas observações ficaram consigna-

das na obra *Jeunes sans dialogue* (1971), em que o autor sublinha o profundo narcisismo e a hipossociabilidade dos adolescentes marginais. Em complemento destas observações clínicas prosseguiram-se outros estudos que aplicaram testes projectivos à população delinvente (Tremblay, 1969; Charbonneau, 1974; Bouchard, 1976; Drouin, 1980) e questionários de personalidade (Tremblay, 1978; LeBlanc 1990), fomentando-se igualmente o desenvolvimento de pesquisas mais analíticas que focam aspectos singulares da personalidade dos delinquentes como a *maturidade interpessoal* (Brill & LeBlanc, 1980; Turner, 1981), a *ansiedade* (Lapierre, 1978), a *somatização* (LeBlanc & Biron, 1981), Langevin (1987), a *imagem corporal* (Villemure, 1980), a *auto-estima* (Nadeau, 1971, Harnois, 1980), o *juízo e valores morais* (Quimet, 1976; Paquet, 1976; Séguin, 1976).

Alguns estudos incidem de forma particular no subgrupo feminino da população delinvente, analisando os traços de *personalidade* (Deschênes & Biron, 1980), a *agressividade* (Vanasse, 1983), a *maturidade interpessoal* (Turner, 1981), *as capacidades verbais* (Gagnon & Biron, 1982).

Além destas investigações, a equipa de Montréal tem desenvolvido estudos comparativos entre a população delinvente e não delinvente. Neste âmbito, um estudo que deve ser destacado pela extensão da amostra (458 adolescentes convencionais de 14 – 18 anos e 470 delinquentes do mesmo nível de idade) é o reportado em Fréchette e LeBlanc (1987).

A análise dos dados mostra-nos que, de uma forma global, os adolescentes convencionais, face aos adolescentes presentes a Tribunal, apresentam:

- uma ligação mais forte aos pais e professores;
- um compromisso mais intenso com a escola;
- um maior nível de sociabilidade relativamente aos pares;
- uma visão mais realista e objectiva dos elementos de autoridade;
- uma maior capacidade de descentração (alocentrismo) e maturidade psicossocial.

Relativamente à condição social de origem, LeBlanc (1993) admite não haver uma relação directa entre os níveis de delinquência auto-revelada e o meio social. No entanto, as suas pesquisas fazem-no admitir que o sistema judiciário tende a detectar mais facilmente os adolescentes de estatuto inferior. Assim é que 46% dos adolescentes que responderam em tribunal declaram que a família recebe ajuda financeira e 76,4% assinalam que os pais têm baixos rendimentos, enquanto no grupo

dos adolescentes convencionais só 22% se declaram carenciados, sendo 50% de nível sócio-económico médio ou elevado (cf. Fréchette e LeBlanc, 1987, 143-145). Perante estes dados, os autores concluem que nos adolescentes sinalizados como delinquentes, “os défices sócio-económicos dos pais perpetuam-se, emergindo antes mesmo da sua entrada no mundo adulto” (1987, 144).

Relativamente à influência familiar, observa-se que 72% dos adolescentes convencionais admitem que o clima familiar é bom, contra 54,4% dos adolescentes delinquentes. Também se observa que os adolescentes convencionais (70%) se mostram mais comprometidos em actividades de grupo com a família, do que os adolescentes que tiveram de comparecer em Tribunal (42%).

O envolvimento e persistência nas actividades escolares diferencia, igualmente, os dois grupos. Assim é que 88% dos adolescentes convencionais aos 17 anos estão ainda inseridos no sistema escolar contra 18% apenas dos adolescentes desviantes. Com efeito, a inadaptação escolar, no grupo dos jovens delinquentes oficiais é um dado comum. Comparando os dois grupos, observa-se que 32% dos adolescentes em processo de reeducação afirmam ter um comportamento disruptivo na sala de aula contra 15% dos adolescentes convencionais. O absentismo neste último grupo ronda os 4% em contraposição com os 17% no grupo dos delituosos. Observam-se, ainda, diferenças no nível de participação em actividades para-escolares (81% contra 52%).

Na ocupação dos tempos livres também se denotam contrastes, pois os adolescentes convencionais revelam-se mais predispostos aos lazeres organizados do que os adolescentes presentes a Tribunal; a persistência nas actividades também os diferencia, sendo percentualmente mais elevada no grupo dos adolescentes convencionais.

A comparação entre os dois grupos de adolescentes, apontando para perfis psicossociais diferenciados, manifesta claramente a influência negativa de vários factores que, segundo Biron e LeBlanc (1981), poderíamos referir como sociocriminógenos:

- a convivência com pares delinquentes;
- a reacção social negativa face aos primeiros delitos;
- os problemas de adaptação escolar;
- a inadequada ocupação dos tempos livres;
- as deficiências no enquadramento familiar;
- o efeito difuso das condições sócio-económicas desfavoráveis.

Será interessante destacar que alguns destes factores figuram co-

munos aos toxicodependentes. Com efeito, LeBlanc em colaboração com S. Girard (1998) desenvolveu um estudo comparativo entre adolescentes acolhidos num Centro de Apoio de Toxicodependentes em Montréal e pupilos do Tribunal, acolhidos num Centro de Acolhimento, devido à prática de uma ou mais infracções. A média de idades é equivalente e ronda os 15 anos e meio. Utilizando questionários de adaptação social e pessoal, conclui-se que os sujeitos de ambas as amostras se assemelham num grande número de parâmetros, apresentando os sujeitos dos dois grupos, comportamentos disruptivos, ainda antes dos 11 anos de idade, como rebelião escolar e familiar, furtos menores e agressão ou vandalização. O consumo de substâncias tóxicas também se afigura precoce nos dois grupos, iniciando-se os sujeitos, por volta dos 11 anos, no consumo de cerveja e outras bebidas alcoólicas, passando ulteriormente ao consumo de marijuana e haxiche (13 anos) e de estimulantes e alucinogéneos (14 anos). Donde os autores concluem que entre a população adolescente delinquente e a população toxicodependente se denotam alguns traços psicossociais e algumas etapas vivenciais comuns.

Para além destes estudos comparativos que permitem discernir os traços psicossociais que tipificam a personalidade dos adolescentes e indiciam as causas da falência dos mecanismos de regulação social, a escola de Montréal tem procurado diferenciar a própria população de delinquentes oficiais, de acordo com a *gravidade, heterogeneidade e persistência* dos actos delituosos. Tal diferenciação afigura-se essencial de um ponto de vista reeducativo e permite termos do fenómeno uma visão ainda mais analítica.

De acordo com os critérios referidos, Fréchette e LeBlanc (1987, 243-45) distinguem, assim, quatro subtipos de delinquentes:

- esporádicos.....19,5%
- explosivos.....11,9%
- persistentes intermédios...30,4%
- persistentes graves.....38,2%

Na categoria dos *esporádicos* foram incluídos os jovens cuja delinquência, se bem que esporádica e de gravidade menor, é sintomática de várias dificuldades de adaptação psicossocial. Um dos aspectos salientes do perfil destes jovens é a oposição à escola: não lhe atribuem utilidade, não se submetem às suas normas e valores. Assim, e se bem que este grupo seja o que apresenta um menor índice de delinquência, não deixa de ser afectado por vários problemas emocionais: o autoconceito é negativo; a ligação às figuras de referência é de menor intensidade do que

nos adolescentes convencionais enquanto a associação com pares desviantes é maior; a falta de expectativas de sucesso é evidente. Manifestam, no entanto, aptidão para controlar as pulsões, um certo realismo e são capazes de um certo investimento relacional (1987, 269-270).

Os delinquentes *explosivos* são os que desenvolveram uma delinquência heterogênea no começo ou meio da adolescência, durante um tempo limitado. Tal como os anteriores, estes delinquentes revelam inadaptação escolar, expressando comportamentos de oposição activa aos professores que os levam frequentemente à expulsão das salas de aula.

Relativamente aos esporádicos, os explosivos apresentam défices psicossociais de maior latitude, observando-se um recurso sistemático a comportamentos destrutivos para compensar os sentimentos de fracasso. Do ponto de vista relacional, a sua atitude é marcadamente ambivalente, manifestando um fraco investimento em figuras de referência como pais e professores (1987, 272).

Os delinquentes *persistentes intermédios*, de modo similar aos explosivos, apresentam-se em reacção aberta contra a escola, mesmo se admitem a sua utilidade. Paradoxalmente, a situação familiar tem contornos de maior estabilidade face ao grupo precedente; ainda assim 40% dos sujeitos afirmam ter relações distantes com a mãe.

Uma acumulação de défices é notória na personalidade dos *persistentes graves*, marcada por insensibilidade, dureza e descarga rápida de tensões. Considerando uma gradação nos níveis de sociabilidade da população adolescente diríamos que passaríamos da sociabilidade (convencionais) à dissociabilidade (esporádicos, explosivos e persistentes intermédios) até à anti-sociabilidade (persistentes graves). Com efeito, os persistentes graves são os que manifestam os maiores problemas de rebelião familiar e inadaptação escolar, não concedendo nenhum crédito à escola, o que não acontece com os persistentes intermédios que, se bem que inadaptados academicamente, não manifestam tão abertamente a sua oposição (1987, 275).

Quanto às *perspectivas de evolução*, o grupo dos *persistentes graves* revela-se extremamente deficitário, diferenciando-se dos outros tanto no meio como no final da adolescência, pela sua incapacidade dinâmica evolutiva. Na observação clínica e psicométrica, estes adolescentes manifestam um auto-conceito negativo, um sentimento de vitimização, alienação e uma irritabilidade fácil. O facto é que as tendências evolutivas atenuam pouco os défices estruturais deste grupo, manifestando-se uma incapacidade de mudança na esfera relacional e social.

O grupo dos *persistentes intermédios* revela-se diferente, na me-

dida em que os índices de capacidade social e adaptativa revelam uma certa melhoria. Os sentimentos negativos face a si e aos outros decrescem assim como a insegurança intrapsíquica e a percepção fatalista do futuro que os marcava; por outro lado, a receptividade face às exigências sociais tende a incrementar-se. Não obstante estes progressos, observa-se, ainda assim, uma tendência para desorganizarem-se facilmente sob o stress ou face às pressões adaptativas da vida social. Neste sentido, não são de minimizar os graves défices psico-estruturais que os susceptibilizam à passagem ao acto delinvente; as dificuldades de ordem interpessoal, não sendo totalmente ultrapassadas, propiciam, segundo Fréchette e LeBlanc, uma tendência delinquescente que, sem ser excessiva, não deixa de permanecer como pano de fundo (1987, 293-94).

Quanto aos delinquentes *explosivos*, caracterizam-se no meio da adolescência por uma marginalidade pronunciada, pontuando mesmo abaixo dos persistentes intermédios nas medidas de relacionamento interpessoal e adaptação social. No fim da adolescência, este é o grupo que mais progressos parece realizar, operando-se uma extinção do comportamento delinvente e uma verdadeira expansão interpessoal, pelo facto de a tensão psíquica diminuir e a imagem dos outros se tornar mais realista e diferenciada (1987, 294-5).

Os delinquentes *esporádicos* apresentam, face aos outros grupos, um quadro clínico menos problemático, que viabiliza um progresso evolutivo tangível na transição para a idade adulta, mesmo que se denotem alguns estigmas sociais associados ao comportamento delituoso.

É, portanto, pela sua dinâmica evolutiva que os distintos grupos de delinquentes mais se diferenciam: os *esporádicos* e *explosivos* revelam uma maior capacidade de reestruturação psicológica e de socialização enquanto os persistentes *graves* se apresentam rigidamente bloqueados pelos seus défices relacionais. Quanto aos persistentes *intermédios*, a sua evolução é mais ambígua. No final da adolescência, a clivagem, opondo os esporádicos aos persistentes intermédios e graves, tende a aumentar e os próprios dados estatísticos da criminalidade adulta são reveladores da diferenciação clínica e estabelecida. Assim constataram os investigadores que, aos 18 anos, apenas 11,2% dos adolescentes convencionais foram notificados por infracção em contraste com 76,5% dos adolescentes oficialmente considerados delinquentes. Entre estes, constatou-se que os esporádicos apresentam uma percentagem de 63% de incidência de criminalidade, significativamente inferior à média de 82,5%, constatada entre os persistentes. O número de delitos também parece diferenciar os grupos: 5 delitos, em média, para os esporádicos; 10,8% para os persis-

tentes intermédios e 12,7% para os persistentes graves.

Os dados estatísticos manifestam, pois, a adequação funcional da própria categorização dos grupos de delinquentes, com todas as implicações que daí advêm para as orientações reeducativas.

6. Conclusões finais

A vastidão da pesquisa desenvolvida pela escola de Montréal, no âmbito da delinquência juvenil, torna-nos cónscios das limitações que esta nossa revisão necessariamente comporta. Neste sentido, trata-se de um trabalho introdutório que permitirá servir de ancoragem a estudos mais extensos que visem, designadamente, aprofundar mais os aspectos metodológicos de algumas das investigações. De forma global, tornava-se, no entanto, importante destacar os marcos teóricos fundadores das orientações da Escola, fazendo figurar como paradigmática a extensa pesquisa empírica que tem sido desenvolvida em torno da questão da delinquência.

Na intersecção da sociologia, da psicologia e do direito penal esta pesquisa define, de modo exemplar, o projecto criminológico da Escola, nas suas orientações teórico-metodológicas essenciais. Trata-se, com efeito, de uma vasta colecta de dados empíricos mediatizada por um objectivo e um intento interpretativos que tornam verdadeiramente original e produtivo o esforço heurístico dos investigadores do Quebeque.

Os discursos ideológicos que tendem a amplificar o fenómeno ou, pelo contrário, a fazer dele uma leitura linearmente redutora, anulam-se perante o estudo laboriosamente rigoroso e fecundo que tende a veicular do fenómeno uma visão integrativa e multidimensional que apela ao jogo complexo de interacções entre os vários subsistemas que configuram o meio e o próprio indivíduo. A importância atribuída ao *alocentrismo* enquanto objectivo normativo do desenvolvimento e mecanismo regulador da própria adaptação social torna-se congruente com o pressuposto de que é na base da ligação aos outros que o sujeito constrói a sua identidade e interioriza a normatividade.

Esta capacidade alocêntrica, sendo sustentada por mecanismos inerentes ao indivíduo, torna os sujeitos mais ou menos vulneráveis às influências desviantes, fazendo declinar ou ampliar o efeito dos próprios mecanismos sociais de integração. Por sua vez, as sociedades e culturas podem tornar mais estáveis e eficazes para os indivíduos os próprios mecanismos de normalização social, nomeadamente, através das oportuni-

dades que facultam para o desenvolvimento e satisfação das suas próprias expectativas de sucesso e integração. Neste sentido, os investigadores da escola criminológica de Montréal tornam manifesto como os processos individuais e os mecanismos sociais interactuam, fazendo persistir ou cessar a actividade delituosa dos sujeitos.

A consciência de que muitos dos estudos desenvolvidos corresponderam a vicissitudes conjunturais que fazem figurar como necessária a réplica de várias das investigações não anula a produtividade do labor heurístico de quatro décadas. Comparativamente às orientações criminológicas desenvolvidas nos E.U.A. e na Europa, a investigação canadiana afigura-se sistematicamente fecunda e original.

Bibliografia

- BEAUSOLEIL, J. (1949). *Comment prévenir la délinquance*. Institut de Psychologie de l' Université de Montréal, Centre d' Orientation.
- BEAUSOLEIL, J. (1968). *Inventaire des cas de délinquance qui ont comparu devant les juges*. Document, Université de Montréal.
- BIRON, L. & LEBLANC, M. (1981). *Vers une théorie intégrative de la régulation de la conduite délinquante des garçons*. Université de Montréal: Groupe de recherche sur l' inadaptação juvénile.
- BOISMENU, G. & GLEIZAL, J.J. (éd.) (1988). *Les mécanismes de régulation sociale. La justice, l' administration, la police*. Montréal / Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- BOUCHARD, C. (1976). *L' impact d' une maison de jeunes comme solution alternative aux problèmes de réinsertion sociale*. Mémoire de maîtrise. Université de Montréal.
- BOUCHARD, C. (1991). *Un Québec fou de ses enfants*. Québec. Ministère de la Santé et des Services Sociaux.
- BOURGOIN, L. (1956). "Les facteurs neuro-psychiatriques décelés dans la conduite délinquante, le rôle de la psychiatrie". *Service social*, VI, 3, 109-113.
- BRILL, R., & LEBLANC, M. (1980). *Factors related to client change*. Université de Montréal, Groupe de recherche sur l' inadaptação juvénile.
- CAMPEAU, A. (1976). "Les prisons du Québec: Ghetto des pauvres". *Criminologie*, IX, 1-2, 60-86.
- CELLARD, A. (1991). *Histoire de la folie au Québec de 1600 à 1850*. Montréal: Boréal.
- CHARBONNEAU, L. (1974). *Les relations familiales chez l' enfant*

- mésadapté socio-affectif dans le "Test du dessin de la famille",* Mémoire de maîtrise. Université du Québec.
- CIALE, J. *et. al.* (1967): *Recherche pénitentiaire, rapport annuel.* Université de Montréal: École de Criminologie.
- CLOUTIER, R. (1982). *Psychologie de l'adolescence.* Chicoutimi: Gaetan Morin.
- CLOUTIER, R. (1996). *Psychologie de l'adolescence.* Chicoutimi: Gaetan Morin Éditeur.
- CORMIER, B. M. (1959). "The psychiatric hospital in a maximum security prison". *Revue Canadienne de Criminologie*, 1, 4, 3-15.
- CORMIER, B. M. (1965 a). "Réflexion sur les prisons communes". IV^e *Colloque de Recherche sur la Délinquance et la Criminalité.* Montréal, Société de Criminologie du Québec, 497-514.
- CORMIER, B. M. (1965 b). "Le droit, la psychiatrie et les droits de l'homme dans la procédure: les prévenus". IV^e *Colloque de Recherche sur la Délinquance et la Criminalité,* Montréal, Société de Criminologie du Québec, 61-76.
- CUSSON, M. (1981). *Délinquants, pourquoi?* Montréal: Hurtubise; Paris: Armand Colin.
- CUSSON, M. (1990). *Croissance et décroissance du crime.* Paris: P.U.F.
- CUSSON, M. (2002). *Prévenir la délinquance. Les méthodes efficaces.* Paris: P.U.F.
- DEBUYST, C. (1977). "Le concept de dangerosité et un de ses éléments constitutifs: la personnalité criminelle". *Déviance et Société*, 1, 4, 363-387.
- DELISLE, D. (1976). "La prison de Bordeaux et sa population de 1912 à 1940". *Criminologie*, IX, 1-2, 23-59.
- DESCHÊNES, D. & BIRON, L. (1980). *Délits mineurs, délits traditionnels et traits de personnalité chez l'adolescente.* Université de Montréal, Groupe de recherche sur l'inadaptation juvénile.
- DROUIN, G. (1980). *Étude de la structure relationnelle des adolescents normaux par la technique de Kelly.* Thèse de doctorat, Université de Montréal.
- DUMONT, H. & LANDREVILLE, P., (1973). "Discipline et droits des détenus dans les institutions pénales au Québec". *Revue Canadienne de Criminologie*, 15, 4, 412-434.
- DURET, A. (1988). *L'enfermement comme forme de punition du garçon délinquant au Québec (1857-1930).* Mémoire de Maîtrise, Université d'Ottawa, Département de Criminologie.
- FECTEAU, J. M. (1989). *Un nouvel ordre des choses: La pauvreté, le*

- crime, l'État au Québec, de la fin du XVIII^e à 1840*. Montréal: V.L.B. Editeur.
- FRÉCHETTE, M. (1959). "Les relations objectives au sein du monde pénitentiaire". *Revue Canadienne de Criminologie*, 1, 4, 80-91.
- FRÉCHETTE, M. (1970). "Le criminel et l'autre: analyse des relations interpersonnelles de l'homme criminel". *Acta Criminologica*, III, 11-102.
- FRÉCHETTE, M., LEBLANC, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Chicoutimi: Gaetan Morin.
- GAGNÉ, C. (1990). *La prison comme processus de gestion des corps*. Mémoire de Maîtrise. Université d'Ottawa, Département de Criminologie.
- GAGNON, R., & BIRON, L. (1982). *Les filles en marge: paroles et réflexion*. Université de Montréal, Groupe de recherche sur l'inadaptation juvénile,
- GOSSELIN, L. (1977). *Les pénitenciers: un système à abattre*. Montréal: Coopératives Albert St-Martin.
- HÉTU, J., (1976). "Le pauvre, la machine judiciaire et la détention". *Criminologie*, IX, 1-2, 87-106.
- HIRSCHI, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley, Ca: University of California Press.
- LANGÉVIN, R., (1987). *Acting out délinquant et manifestations somatiques*. Mémoire de maîtrise. Université de Montréal.
- LABERGE, D., (1990). Rapport sur la surpopulation en détention provisoire. *Les Cahiers du GRAPPP*. Université de Montréal, Centre International de Criminologie Comparée et Université du Québec à Montréal, Département de Sociologie.
- LALANDE, O. (1990). "Comment devient-on réaliste? Une étude sur la trajectoire mentale des agents de probation". *Déviance et Société*, XIV, 1, 17-38.
- LANDREVILLE, P. (1973). "L'application des règles minima pour le traitement des détenus au Canada". *Acta Criminologica*, VI, 147-198.
- LANDREVILLE, P. (1976). "Les détenus et les droits de l'homme". *Criminologie*, IX, 1-2, 109-117.
- LANDREVILLE, P. & LEBEUF, M. (1987). "Les normes pénales du Code criminel dans le domaine de la circulation routière: 1921-1985". *Présenté au 39^e Congrès annuel de la Société américaine de Criminologie*, Montréal.
- LAPIERRE, A. (1978). *Anxiété et délinquance*. Mémoire de maîtrise

inédit, Université de Montréal.

- LAPLANTE, J. (1989). *Prison et ordre social au Québec*. Ottawa: Les Presses de l' Université d' Ottawa.
- LAPLANTE, L. (1991). *La police et les valeurs démocratiques*. Montréal, Institut Québécois de Recherche sur la Culture.
- LAPLANTE, J. (1994). "La criminologie québécoise, 1940-1991". In D. Szabo & M. LeBlanc. *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les Presses Universitaires de Montréal, 351-384.
- LEBLANC, M., (1967). *Les attitudes morales des adolescents*. Mémoire de maîtrise. Université de Montréal.
- LEBLANC, M., (1977). "La délinquance à l'adolescence: de la délinquance cachée et de la délinquance apparente". *Annales de Vaucresson*, 15, 1-40.
- LEBLANC, M. (1990). "Le cycle de la violence physique; trajectoire sociale et cheminement personnel de la violence individuelle et de groupe", *Criminologie*, XXIII, 1. 47-74
- LEBLANC, M. (1993). "The relative importance of internal and external constraints in the explanation of the adolescence delinquency and adult criminality". In J. McCord, (1993). *Coercion and punishment in long-term perspectives*. New -York: Cambridge University Press.
- LEBLANC, M. (1994). "La conduite délinquante au cours de l' adolescence". In D. Szabo & M. LeBlanc. *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les Presses de l' Université de Montréal, 49-89.
- LEBLANC, M. (1997). "A generic control theory of the criminal phenomenon: the structural and the dynamical statements of an integrative multilayered control theory". In T.P. Thornberry. *Developmental theories of crime and delinquency. Advances in theoretical criminology*, 7, 215-86.
- LEBLANC, M. & BEAUMONT, H. (1989). *L' efficacité des mesures pour jeunes délinquants adoptées à Montréal en 1981. Une étude longitudinale*. Université de Montréal, Groupe de recherche sur l' inadadaptation psychosociale chez l' enfant.
- LEBLANC, M. & BIRON, L. (1981). *Vers une théorie intégrative de la régulation de la conduite délinquante des graçons*. Groupe de recherche sur l' inadadaptation juvénile. Université de Montréal.
- LEBLANC, M. & CAPLAN, M. (1993). Theoretical formalization, a necessity. The example of Hirschi's control theory. *Advances in Criminological Theory*, 4, 329-431.
- LEBLANC, M., DIONNE, J., PROULX, J., GRÉGOIRE, J. C. &

- LEBLANC, P.T. (2002). *Intervenir autrement. Un modèle différentiel pour les adolescents en difficulté*. Québec: Gaetan Morin Editeur.
- LEBLANC, M. & FRÉCHETTE, M. (1989). *Male criminal activity from childhood through youth: Multilevel and developmental perspectives*. New-York. Springer-Verlag.
- LEBLANC, M., & FRÉCHETTE, M. (1991). Le passage à l'acte délictueux aux cours de l'adolescence et de la jeunesse. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 91(2), 145-173.
- LEBLANC, M. & GIRARD, S. (1998). "Psychotropes et délinquance: séquences développementales et enchâssement". *Psychotropes*, 4, 69-91.
- LEBLANC, M., LOEBER, R. & JANOSZ, M. (1998). La conduite marginale des individus, une approche développementale. *Bulletin de Psychologie*. 53, 3, 345-54.
- LEBLANC, M. & MORIZOT, J. (2000 a). Délinquances commune, transitoire et persistante: une stratégie de prévention différentielle. In F. Vitaro & C. Gagnon (eds). *La prévention des problèmes d'adaptation*. Montréal: Les Presses de l'Université du Québec à Montréal.
- LEBLANC, M. & MORIZOT, J. (2000 b). Le dépistage des problèmes d'adaptation: stratégies et instruments. In F. Vitaro et C. Gagnon (Éd.). *La prévention des problèmes d'adaptation. Tome I. Les problèmes internalisés*. Montréal, Presses de l'Université du Québec à Montréal.
- LEMAY, M. (1973). *Psychopathologie juvénile. Les troubles de la conduite chez l'enfant et l'adolescent*. Paris. Fleurus.
- MAILLOUX, N. (1971). *Jeunes sans dialogue*. Paris, Fleurus.
- NADEAU, G. (1971). *Niveau de fonctionnement intellectuel et choix des valeurs chez certains adolescents délinquants*. Mémoire de maîtrise. Université de Montréal.
- NORMANDEAU, A. (1971). "Quelques faits sur le vol dans les grands magasins à Montréal". *Revue Canadienne de Criminologie*, 13, 3, 251-265.
- NORMANDEAU, A. (1994). Un guide de lecture en criminologie francophone. In D. Szabo & M. LeBlanc. *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les Presses Universitaires de Montréal, 385-395.
- OKOMONO, J. -L. (1987). *L'aveu pénal auprès d'un groupe de jeunes adultes dans le système canadien de justice pénale*. Mémoire de

- maîtrise, Université d' Ottawa, Département de Criminologie.
- PAQUET, L. (1976). *Étude des valeurs du délinquant*. Mémoire de maîtrise, Université de Montréal.
- PARENT, C. (1982). *Le contrôle social de la criminalité d'affaire au Québec*. Mémoire de Maîtrise. Université de Montréal.
- PARIZEAU, A. & DELISLE, M. A. (1974). *Ces jeunes qui nous font peur*. Montréal: Ferron.
- PIRES, A. P. (1982). "La méthode qualitative en Amérique du Nord: un débat manqué 1919-1960". *Sociologie et Société*, XIV, 15-29.
- PIRES, A. P., LANDREVILLE, P. & BLANKEVOORT, V. (1981). "Système pénal et trajectoire sociale". *Déviance et Société*, V, 4, 319-346.
- POUPART, J. (1980). "La méthodologie qualitative: une source de débats en criminologie". *Crime et Justice*, 7/8, 3-4, 167-174.
- POUPART, J., RAINS, P. & PIRES, A. (1983). "Les méthodes qualitatives et la sociologie américaine". *Déviance et Société*, VII, 1, 63-91.
- RIBORDY, F. (1970). "Conflit de culture et criminalité des migrants italiens". *Revue Canadienne de Criminologie*, 13, 1, 24-42.
- RICO, J. M. (1986). "Les législations sur les drogues: origine et évolution". *Psychotropes*, 3, 69-83.
- RICO, J. M., KEDZIOR, R., ACOSTA, F., PARENT, C. (1981). *La criminalité d'affaires au Québec*. Université de Montréal, École de criminologie.
- SÉGUIN, G. (1976). *Le développement du jugement moral chez la délinquante*. Mémoire de maîtrise. Université de Montreal.
- STAFFORD, J. (1977). "Dire le crime". *Revue Canadienne de Criminologie*, 19, 4, 366-384.
- SZABO, D., GAGNÉ, D. & PARIZEAU, A. (1972). *L'adolescent et la société*. Bruxelles: Dessart.
- SZABO, D. & LEBLANC, M. (ed) (1985). *La criminologie empirique au Québec*, Montréal. Les Presses de L' Université de Montréal.
- TREMBLAY, P. (1978). *Évaluation d'un instrument de prédiction de la délinquance: le test d'information familiale de P. S. Venezia*. Mémoire de maîtrise, Université de Montréal.
- TREMBLAY, P. (1984). *Punir le crime avec constance: Le cas de Montréal 1845 à 1913*. Thèse de Doctorat, Université de Montréal.
- TURNER, E. (1981). *Adolescent Female Delinquents*. Mémoire de maîtrise inédit, Université de Montréal.
- VANASSE, C. (1983). *L'agressivité selon le sexe: dimensions associés*.

Mémoire de maîtrise, Université de Montréal.
VILLEMURE, J. (1980). *L' espace personnel du délinquant*. Mémoire de
maîtrise, Université du Québec.

Résumé

La recherche menée au Canada dans le domaine de la délinquance juvénile est devenue très importante au sein des études de criminologie. Dans cet article on essaie d' éclaircir les étapes de formation de l' École de Criminologie empirique du Québec et on analyse les orientations théorétiques et méthodologiques axiales, passant en revue les données de plusieurs recherches concernant la description et explication du phénomène de la délinquance.

Summary

The canadian research in the youth delinquency highlights a special relevance in the criminological studies context. In this paper the main steps concerning the formation of the empirical Criminological School of Québec are brought into focus. The fundamental theoretical and methodological guidelines are analysed, taking into account the data obtained in several researches, in order to explain the delinquency phenomena.